



XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT - 10 - Informação e Memória

MEMÓRIA E A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

MEMORY AND THE IMPORTANCE OF PUBLIC GENDER POLICIES IN FACING VIOLENCE AGAINST WOMEN

Claudialyne da Silva Araújo – Universidade Federal da Paraíba
Gisele Rocha Cortês – Universidade Federal da Paraíba

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A violência contra as mulheres configura-se problema social e violação dos direitos humanos. Afeta cotidianamente mulheres de distintas classes sociais, raça/etnia, religião, grau de escolaridade, idade, entre outros. O artigo tem como objetivo apresentar as ações das políticas públicas de gênero no enfrentamento da violência contra as mulheres, por meio das memórias de Maria, vítima de violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial cometida pelo ex-marido. Sob o ponto de vista metodológico, a pesquisa possui abordagem qualitativa. Utilizou-se a técnica de entrevista por meio da história de vida, visando representar, com mais fidelidade possível, seus significados a respeito dos fatores sociais e culturais que legitimam a violência doméstica. Para a análise e a discussão dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo com categorias pré-determinadas. Pode-se apreender, por meio dos relatos de Maria, que a violência doméstica é um fenômeno complexo e que as políticas públicas de gênero, por meio de ações intersetoriais, são fundamentais para o seu enfrentamento. Conclui-se que é necessário ampliar a disseminação de informação atinente as instituições que fornecem apoio às mulheres em situação de violência e potencializar conteúdos informacionais pautados no respeito a autonomia das mulheres.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Políticas públicas de gênero; Memória; Lei Maria da Penha; Feminicídio.

Abstract: Violence against women is a social problem and a violation of human rights. It daily affects women of different social classes, race / ethnicity, religion, educational level, age, among others. This article aims to present the actions of gender public policies in the fight against violence against women, through the memories of Maria, victim of physical, psychological, moral, sexual and patrimonial violence committed by her ex-husband. From the methodological point of view, the research has a qualitative approach. The interview technique was used through the life story, aiming to represent, as faithfully as possible, its meanings regarding the social and cultural factors that legitimize domestic violence. For data analysis and discussion, we used content analysis with predetermined categories. It can be apprehended, through Maria's reports, that domestic violence is a complex phenomenon and that gender public policies, through intersectoral actions, are fundamental for their confrontation. It is concluded that it is necessary to expand the dissemination of information regarding the institutions that provide support to women in situations of violence and to enhance informational content based on respect for women's autonomy.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

Keywords: Violence against women; Gender public policies; Memory; Maria da Penha Law; Femicide.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma violação aos direitos básicos do ser humano, que atinge sua dignidade, a autoestima, a segurança e a liberdade. Alcança as mulheres, independentemente de raça/etnia, classe social, grau de escolaridade ou idade.

A informação, como um produto capaz de modificar estoques mentais, estruturais sociais e culturais, pode conduzir a uma modificação comportamental a ponto de a mulher agredida romper com o ciclo de violência que vivencia. A informação é utilizada estrategicamente para as discussões sobre gênero, no empoderamento e na luta por políticas públicas de gênero. Os dados mais atuais apresentados pela Agência Patrícia Galvão (2019) trazem uma realidade que choca em termos numéricos, pois, entre 2017 e 2018, houve um aumento vertiginoso da violência contra as mulheres. “A média mensal de agressões subiu 24%. Em 2018, 7.634 mulheres foram vítimas todos os meses, ante 6.139 no ano anterior. Os casos de tentativa de feminicídio¹, por exemplo, mais que dobraram e ultrapassaram sete mil registros” (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2019, p. 02). São violências/crimes que atingem toda a população brasileira, chocam o país e incrementam o medo em todas as mulheres, mães, filhas, irmãs, sobrinhas e vizinhas e explicitam a misoginia.

O modelo patriarcal estabelecido em algumas culturas que, inicialmente, estabelece diferenças pelo sexo biológico, exerce um poder de subordinação das mulheres em relação aos homens e é determinante para materializar a violência. Conforme ressalta Bourdieu (2006), o poder simbólico está inserido na cultura dominante que é determinada pela legitimação da ordem estabelecida por meio de hierarquias determinadas pela legitimação de um discurso baseado na distinção hierárquica e naturalizada baseada no sexo biológico.

Saffioti (2001, p. 01) enuncia que, “no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta

¹O conceito descreve o assassinato de mulheres por homens motivados por ódio, desprezo, prazer ou sentimento de propriedade, ou seja, as mulheres são assassinadas por serem mulheres. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-3077.pdf>

Em 2015, a então presidente, Dilma Rousseff, sancionou a Lei do Feminicídio, que “altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 16 abr. 2019.

como desvio”. Assim, criam-se e reproduzem-se instrumentos de dominação que legitimam um discurso e atitudes violentas com as mulheres que se propagam de geração para geração.

O objetivo deste estudo foi de apresentar ações das políticas públicas de gênero no enfrentamento da violência contra as mulheres em uma cultura machista, por meio das memórias de uma mulher que vivenciou várias formas de violência durante um relacionamento abusivo que durou dezoito anos. Para isso, apresentaremos a história de vida de Maria* como representativa no contexto de cultura patriarcal e de relações de poder, por que muitas mulheres passaram e passam no ambiente doméstico, sendo agredidas e, até mortas.

O relato de Maria é envolto de memórias que se apresentaram como sendo exclusivamente do sujeito e podem ser consideradas coletivas, porque foram desenvolvidas com base nas interações com o meio social, relacionada ao mundo externo, o que faz da lembrança um elemento de construção social. “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Sob o ponto de vista metodológico, o relato caracteriza-se pela abordagem qualitativa, pautada na história oral de vida, que Meihy (2017, p. 35) define como “decorrente de narrativas que dependem da memória, dos ajeites, dos contornos e das derivações [...] que talham a essência subjetiva da história oral de vida”. Assim, empreendem-se interpretações de experiências e situações reais que permeiam um relato de vida conjugal baseado em violência psicológica e física. A história oral de vida foi usada para embasar a narrativa que pretende atualizar memórias, relatos biográficos e o retorno do protagonismo na atualidade em situação diversa.

2 A INFORMAÇÃO, AS LUTAS FEMINISTAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

A informação é elemento primordial para modificar o comportamento do ser humano e, conforme ressalta Aquino, tem “a capacidade ilimitada de transformar culturalmente os indivíduos por meio de políticas públicas de informação, visando à inclusão social de todos” (AQUINO, 2010, p. 32). Esse desenvolvimento social de inclusão é contemplado quando se voltam os olhares para os indivíduos/grupos que estão em posições

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

marginalizadas na sociedade (mulheres, negros (as), LGBT) e que necessitam de políticas que possibilitem inseri-los em práticas sociais e culturais na sociedade de modo justo e igualitário.

Côrtes, Alves e Silva (2015) asseveram que o acesso à informação é imprescindível para promover a equidade de gênero e o empoderamento individual e coletivo das mulheres, ou seja, a informação é um dispositivo de poder com potencial para elaborar e ressignificar sentidos sobre os direitos das mulheres, com vistas a subversão das desigualdades de gênero. Destarte, considera-se que a informação estrategicamente elaborada com objetivos e metas traçadas, pode caminhar neste sentido, mas deve-se ressaltar que a transformação e a apropriação da informação não ocorrem de forma mecânica e linear. Marteleto (2009, p. 2) aponta ser necessário ampliar a concepção da informação como “estoque”, considerando a “informação-fluxo”, “informação-prática”, “informação-intervenção”, como também a “informação em movimento”, considerando a fluidez, as condições objetivas e a interatividade com o sujeito social.

Destarte, cabe ressaltar o conceito de gênero, o qual possibilita desnaturalizar o fenômeno da violência contra as mulheres. A pesquisadora Joan Scott (1990), referência nos estudos de gênero, no Brasil e no mundo, apresenta como ponto central a premissa de que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um modo primordial de dar significado às relações de poder [...]” (SCOTT, 1995, p. 75).

Nessa perspectiva, refletir a respeito da violência doméstica tendo como enfoque as relações de gênero implica descortinar uma série de disposições sociais, de conceitos normativos, de símbolos culturalmente disponíveis, enfim, de poderes desiguais entre mulheres e homens construídos historicamente, e normatizados pela estrutura social. (CÔRTEZ, 2012, p. 152)

A Ciência da Informação, desde seus primórdios, desenvolve estudos que visam contribuir para reduzir as desigualdades sociais, apesar de ainda serem tímidas as produções que articulam o campo informacional com os estudos de gênero (BUFREM; NASCIMENTO, 2012). No entanto, nas últimas décadas, esse cenário vem mudando, de acordo com as pesquisas de Siciliano, Souza e Meth (2017), que mostram quantitativamente o aumento de produções a respeito do “domínio” gênero nas últimas décadas. Os dados encontrados na Library and Information Science Abstracts (LISA) apontam os seguintes resultados: em

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

relação à década de 80, só foram localizados quatro artigos; à de 90, 78 artigos; à de 2000, 229 produções; e à de 2010, 277 artigos (SICILIANO; SOUZA; METH, 2017).

Apesar de algumas pesquisas tratarem sobre violência contra a mulher, como, por exemplo, o artigo de Andrade e de Lima (2017), apresentado no ENANCIB 2017 no GT 10, em que as autoras apresentaram relatos de violência e empoderamento feminino, é necessário fazer mais pesquisas que tratem de gênero e de violência contra as mulheres na área da Ciência da Informação pautadas no olhar social e inclusivo. Nesse sentido, é preciso apresentar uma discussão acerca da importância das mulheres na sociedade e dos movimentos feministas e de mulheres que historicamente têm protagonizado lutas sociais e direito de acesso às informações que possibilitem o suporte necessário para incluir as mulheres na sociedade em todas as esferas.

No Ocidente, os movimentos feministas, inicialmente, pautaram a conquista do direito à educação e à profissionalização das mulheres. Em seguida, o Século XX foi marcado pela conquista do voto e do direito de ser votada, pela criação do Partido Republicano Feminino e, em 1919, pela criação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Assim, por iniciativa da Deputada Federal Bertha Lutz, o movimento passou a ganhar espaço e mais atuação, inclusive fora do território nacional (PERROT, 1988).

No Brasil, desde a década de 1970, o movimento feminista tem sido protagonista na busca por igualdade de gênero, na perspectiva de reconstituir os direitos negados ou omitidos. A partir de 1975, os movimentos foram intensificados, e isso repercutiu em espaço de defesa e de luta, que incorpora diversas práticas midiáticas com o objetivo de dar visibilidade às reivindicações e à violência doméstica, concebida como um problema de cunho privado e individual (WOITOWICZ, 2008). Ressalta-se a atuação de teóricas feministas no âmbito acadêmico, contribuindo na construção de elementos teórico-metodológicos, primordiais para pautar a igualdade de gênero, ampliando seu escopo de atuação. “[...] a literatura sobre gênero na ciência cresceu, ainda de forma incipiente, até os anos de 1970, ganhando destaque e importância entre os acadêmicos, principalmente, a partir dos anos de 1980” (LETA, 2003, p. 271).

Em um cenário de lutas, de diálogos e conquistas, o movimento feminista busca se fortalecer constantemente, na tentativa de alargar seu espaço de atuação e de acentuar as relações democráticas. Há que se ressaltar que muito já foi conquistado, principalmente no que tange ao enfrentamento da violência contra as mulheres, mas a luta é constante, pois

não está ancorada apenas em reivindicar Leis, mas também em provocar mudanças culturais arraigadas em modos de pensar e de agir.

Nessa perspectiva, a produção e a reprodução cultural ocorrem por meio da informação que é apropriada e modificada com base na construção cognitiva do sujeito. Marteleto (1995, p. 4) refere que “o objeto informação, enquanto forma instituída de memória, gestão, distribuição e recepção dos artefatos culturais, é o elemento de ligação entre as dimensões conjuntista-identitária e imaginária”, ou seja, a construção identitária envolta em valores culturais está condicionada ao acesso à informação e à forma como ele a usa. Foucault (1988, p.104) afirma que [...] “onde há poder, há resistência”. Historicamente, as mulheres e os homens comprometidos com a igualdade de gênero vêm atuando para que o Estado se comprometa com a violência doméstica, a partir da implantação de políticas públicas específicas para as mulheres.

2.1 Memórias sobre a implantação de políticas públicas para as mulheres em situação de violência na Paraíba

Ao considerar que a violência contra a mulher é uma realidade que assombra a sociedade há séculos, as políticas públicas surgiram como uma ferramenta de gestão que tenta amortizar os impactos com que a violência contra a mulher atinge a sociedade. Secchi (2010, p.1) define política pública como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Assim, com vistas a diminuir as desigualdades entre as categorias, as políticas públicas de gênero tentam reduzir o número de disparidades sociais promovendo a justiça das classes por meio de ações econômicas, sociais e culturais que mexam com as estruturas hegemônicas da sociedade (SILVEIRA, 2004).

A questão da violência contra as mulheres passou a ser uma importante bandeira do movimento feminista, especialmente a partir da década de 1970. Há que se ressaltar que os índices de violência contra mulheres e de morte sempre existiram, mas, por meio de protestos, mobilizações e campanhas, os movimentos feministas protagonizaram a publicização do fenômeno, destacando a versão machista e misógina da sociedade brasileira.

Os jornais feministas, denunciam o silenciamento da sociedade diante dos crimes e a impunidade dos criminosos trazendo à tona relatos de mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. A atuação desses jornais - Brasil Mulher (1975-1979), Nós Mulheres (1976-1978) e Mulherio (1981-1987) - para conquistar mais proteção e punir os agressores -

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

foram importantes para as lutas feministas (WOITOWICZ, 2008). Como sujeito coletivo, o movimento feminista articulou, a partir das demandas expostas e requeridas, mobilizações do poder público para criar políticas públicas que possibilitassem apoio e segurança às mulheres vítimas de violência. Nesse sentido, o movimento feminista e o de mulheres auxiliaram a construir a cidadania, divulgando e denunciando a violência contra a mulher, em especial, no final da década de 70, com a publicização de uma sequência de casos de violência seguidos por morte, e cujos agressores estavam impunes.

As articulações do sujeito coletivo construído pelas articulações com outros movimentos foram se fortalecendo e puderam, cada vez mais, advogar pelos direitos nas mais variadas esferas, tendo como escopo a luta por uma vida sem violência respeitando as diferenças, na perspectiva de desconstruir paradigmas grotescos (BARSTED, 2011).

A década de 1980 foi marcada pelo surgimento dos primeiros órgãos que tinham como objetivo atender às mulheres vítimas de violência. O SOS é um marco, porque foi o primeiro órgão não estatal a atender às mulheres, decorrente da iniciativa do movimento feminista (SILVEIRA, 2010). Baseado nesse cenário mobilizado pelas feministas, o poder público começou a implantar políticas para as mulheres vítimas de violência. Segundo Pinto (2003), em 1985, a questão da violência se fortaleceu mais ainda, com a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres no Estado de São Paulo. Em 1992, havia 141 em várias regiões do país. Os centros de referência surgiram a partir da experiência com o SOS's, com o objetivo de realizar orientações e encaminhamentos necessários, com atendimento psicológico, social e jurídico. As casas-abrigo, de caráter sigiloso, foram criadas no final da década de 1980, com um atendimento mais direcionado aos casos de mulheres ameaçadas de morte em decorrência da violência doméstica (SILVEIRA, 2010). Em 1986, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e em 1986, a primeira Casa Abrigo, no estado de São Paulo, pela Secretaria de Segurança Pública, para mulheres que se encontram em situação de risco de morte.

No Norte e no Nordeste, o movimento começou a partir de articulações entre as feministas inspiradas em Bertha Lutz, em São Paulo, e Lolinda Dalton, na Bahia, por meio de grupos que encabeçavam associações e ONGs na Bahia, em Pernambuco, na Paraíba, no Maranhão e no Pará. De acordo com Ferreira (2011, p. 28), “os desejos das feministas de socializar ideias e conteúdos que permitiram e possibilitaram a visibilidade de questões despercebidas pela sociedade trouxeram para o público o universo das mulheres, suas

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

bandeiras e luta”, enfatizando temas que envolviam sua saúde, a defesa de seu corpo e a violência contra elas.

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com status de Ministério. Com essa força e o apoio do Governo Federal, novas conquistas foram alcançadas. Assim, as lutas e as reivindicações continuam com o movimento feminista cada vez mais articulado, criando redes e incorporando novas demandas e interações (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017).

Pode-se destacar, a articulação do movimento social com o poder público, a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), ocorrida em Brasília, em julho de 2004, promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) da Presidência da República. Teve como objetivo propor diretrizes para fundamentar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que foi pautado em oito pontos fundamentais: autonomia das mulheres, laicidade do Estado, equidade, igualdade e respeito à diversidade, universalidade das Políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social (FONTES; MARCONDES, 2005). No ano de 2007, foi realizada a II Conferência Nacional, com o objetivo de avaliar a implementação dos primeiros resultados do PNPM, e, em 2011, a III Conferência, com um panorama totalmente diferente da I CNPM. Nessa perspectiva de luta e de resistência, tão importante na defesa dos direitos das mulheres brasileiras, foi conquistada a implementação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), aprovada em 2006, no governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Cabe reforçar a importância da atuação dos movimentos, como destaca Brasted (2011, p. 15), “para impulsionar políticas públicas voltadas para a efetivação da cidadania das mulheres, especialmente no que se refere ao enfrentamento da violência”, que foram fundamentais para criminalizar a violência. Outro marco importante na luta em prol de acabar com a violência contra as mulheres foi em 2015, quando a então presidente, Dilma Rousseff, sancionou a Lei do Feminicídio, criada a partir de uma recomendação da CPMI que investigou a violência contra as mulheres nos Estados brasileiros (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2019).

Assim, apesar de todo o ensejo da aprovação da Lei para proteger as mulheres, percebe-se que as ações que demandam sua aplicabilidade ainda são incipientes em relação à realidade atual. Persiste o medo e a insegurança no tocante a denúncia e suas consequências, a acessibilidade para sua eficácia dependendo do local do domicílio e da

zona geográfica em que reside e do enfrentamento da mulher para lidar com as consequências (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2019).

Importante ressaltar que não basta implantar leis sem avaliá-las constantemente e fazer as adequações necessárias. A implantação de uma Política Pública de enfrentamento à violência deve ser composta de elementos sociais, culturais, informacionais, econômicos e educacionais para alcançar os objetivos propostos. A simples existência da Lei sem as garantias que as regem não garante o fim de uma cultura machista de opressão e violência contra a mulher.

O resgate das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres implantadas no Brasil, ao longo das últimas décadas, buscou visibilizá-las, sobretudo, como políticas de informação, sendo reforçadas pelas memórias das mulheres que vivenciaram a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Os relatos de Maria evidenciam como as políticas de informação contribuíram para subverter a situação de violência e a naturalização da violência doméstica.

2.2 “Paraíba masculina” no enfrentamento da violência contra as mulheres

“Paraíba masculina [...]”, uma música composta por Luiz Gonzaga, na década de 40, ressalta a força da mulher nordestina/paraibana, mas também reflete uma cultura machista que persiste até os dias de hoje, expressivamente na Região Nordeste.

Nas últimas décadas, a violência contra as mulheres vem se destacando nas mídias, fazendo com que a sociedade preste mais atenção aos índices alarmantes e cobrem dos poderes públicos soluções rápidas e eficientes. É uma tomada de consciência para que se criem políticas públicas com o intuito de encontrar soluções para os problemas que advêm da sociedade. É importante ressaltar que todos/as se envolvam na elaboração e na execução dessas políticas, tanto os atores – políticos, administrativos e sociais – quanto a sociedade em geral - para que surtam o efeito esperado.

A partir de então, debates sobre violência contra a mulher tornaram-se mais presentes nos ambientes sociais, políticos e, especialmente, no jurídico, ajudando a reforçar a necessidade de tratar o assunto como um problema de saúde pública nacional. A partir de então, as políticas públicas no enfrentamento da violência contra as mulheres passaram a se institucionalizar e a se expandir para os estados e os municípios.

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

A Paraíba, apesar de ter sido um dos estados pioneiros na elaboração de políticas públicas de combate à violência contra a mulher, ainda se faz necessário a constante discussão para ressignificar a cultura machista, segundo a qual o homem é quem manda, e a mulher tem que baixar a cabeça e apanhar calada, pois esse é o destino dela.

Os índices de violência nesse estado são bastante expressivos. De 2009 a 2018, os casos não tranquilizam a população feminina, visto que os dados são fortes e causam impacto. Segundo o Governo do Estado, de 2009 a 2018, 1.083 mulheres foram assassinadas. Em 2018, o número chegou a 84 mortes. Os dados oscilam bastante, mas a maior alta foi no ano de 2011, quando 146 mulheres foram vítimas de crimes violentos e letais. Segundo dados da Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social, tenha havido uma redução de 29% nos casos desde 2010. Entre 2015 e 2017, os casos de violência seguidos de morte diminuíram significativamente – o número de 113 mortes, em 2015, caiu para 97, em 2016, e diminuiu ainda mais, em 2017, para 78 casos registrados. Porém, apesar de, em 2018, esse índice ter subido um pouco para 84, ainda representa uma diminuição (ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019), mas os números continuam a preocupar as autoridades paraibanas, fazendo com que as políticas de enfrentamento sejam reforçadas no Estado.

Segundo o Anuário de Segurança Pública da Paraíba, o mês de janeiro de 2019 foi marcado pela violência contra as mulheres: “[...] pelo menos 19 casos de violência contra a mulher, entre eles, feminicídio, violência doméstica, abusos e assédios, marcaram o mês de janeiro” (ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

As políticas de informação são imprescindíveis para promover o empoderamento e auxiliar as mulheres a romperem com o ciclo de violência em que se encontram. As delegacias, as casas-abrigo e os centros de referência são órgãos que trabalham formas diferentes de proteger e de fortalecer a mulher que se encontra fragilizada, assim como folders, palestras, oficinas, cartilhas, ações pontuais, dentre outras. Os relatos de violência são diversos, e conhecê-los faz com que a sociedade compreenda a importância de reivindicar do poder público políticas cada vez mais fortes para enfrentar a violência.

3 MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA: VIDA (RE) CONSTRUÍDA

Sob o ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, pautada na história oral de vida. Segundo Meihy (2017, p. 35), “as histórias de vidas são decorrentes de narrativas, que dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações [...] que talham a essência subjetiva da história oral de vida”. Nesse sentido, podem-se empreender interpretações qualitativas das experiências de vida, respaldadas em situações reais por meio de um relato de vida conjugal baseado em violências psicológicas, físicas, patrimonial e sexual. Importante ressaltar que trabalhar a história oral não significa simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência das pessoas, mas, também, sobretudo, produzir conhecimentos históricos e científicos.

Apresentamos, aqui, a história de Maria, uma mulher de 56 anos, que foi casada, durante 22 anos, com um homem que, durante todo esse tempo, cometeu violência física, psicológica e patrimonial contra ela. Maria relata fatos marcantes de sua infância (a educação e como seus pais a criaram), da adolescência, do namoro e do casamento, e as principais agressões que sofreu. A entrevista foi realizada na casa de Maria, onde ela se sentiu mais confortável para expor seu relato, que foi gravado e durou cerca de duas horas. Em alguns momentos, foram necessárias algumas pausas, porque ela se emocionava. As entrevistas foram transcritas, e as análises foram elaboradas com base na análise de conteúdo. As categorias foram extraídas a partir da entrevista realizada com Maria.

Para fins de organização da estrutura de análises, separou-se em duas categorias de análises: infância e adolescência, casamento e separação. Assim, apresentaremos a sequência dos relatos articulando-os com o referencial teórico. À medida que Maria apresentava seus relatos, seguia-se com as perguntas paradeixá-la à vontade, devido à complexidade do tema e às lembranças dolorosas evocadas ao relatar sua experiência vivenciada. A entrevistada foi informada de que sua identidade seria preservada e do objetivo da entrevista e sua importância. Por essa razão, ela passou a ser chamada pelo nome fictício de “Maria”.

3.1 A infância e a adolescência de “Maria”

Maria nasceu em 1962, na cidade de Bayeux. É a filha mais velha de 12 irmãos, estudou e terminou o segundo grau, é mãe de dois filhos e sempre morou com os pais, de cuja casa saiu quando conheceu o homem com quem namorou, noivou e se casou, aos 18

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

anos de idade, grávida do primeiro filho; aos 22 anos, teve o segundo filho. Desde o início do casamento, sofreu violência física e psicológica do companheiro, inclusive enquanto estava grávida. Nos dez primeiros minutos da entrevista, falou sobre a agressividade do marido, as situações de violência e alguns motivos que o levaram a agredi-la sobre a intervenção dos filhos (com 12 e 15 anos de idade), que a “salvaram” várias vezes nos momentos das agressões.

Ela reafirma como foi criada por seus pais e a educação que eles lhe deram, reforçando a construção de identidade da época, como mostra esta fala:

Como eu disse a você, nasci em 1962 e, naquele tempo, a mulher não tinha direito nem de falar. Pra casar ele (o pai) dizia logo, olhe você tem que fazer o que seu marido mandar, tem que obedecer o marido, quando o marido sair do banheiro tem que ter toalha, cueca e sandália na porta [...] tipo escrava do homem, do jeito que minha mãe foi e ainda é até hoje. Foi a educação que a gente teve e foi do tempo dela também (a mãe) [...] a minha mãe dizia assim: olhe quando vocês casarem tem que fazer tudo certinho, quando for na hora do almoço você tem que botar o prato, talher, o copo, o suco, a água [...] mas quando eu casei, eu não fiz isso, pq não tinha tempo, ou eu trabalhava ou morria de fome todo mundo.

Nesse relato, podemos identificar a questão dos marcadores sociais e culturais como elementos definidores na construção da identidade esperada da mulher, numa época em que era considerado “natural” o fato de a mulher ser submissa ao esposo e sofrer humilhação e violência. Saffioti (2001, p. 01) refere que, “no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas[...]”. Assim criam-se e reproduzem-se instrumentos de dominação que legitimam um discurso e atitudes violentas contra as mulheres que se propagam de geração para geração.

As filhas eram criadas para casar e atender seus maridos na estrutura cultural da época, a dominação patriarcal, de acordo com que eram ensinadas a ser e fazer, a tradição de que a mulher está ali para servir ao marido conforme fora criada.

Halbwachs entende que a memória vem sendo constituída desde tempos passados e, devido à sua importância, adquiriu significado e passou a influenciar a vida em grupo, porque são usualmente lembradas e servem de base para reconstruir a memória e suas tradições, histórias e modos de viver (HALBWACHS, 2006). As tradições familiares e os modos de vida de seus pais influenciaram sua forma de entender o casamento e de achar que seu papel era de servir ao marido, a qualquer custo, como lhe foi ensinado. Depois de mostrar como tinha sido sua criação na infância, Maria falou de sua adolescência, que foi

criada de maneira rígida pelos pais e que só saía de casa para ir à escola. Como era a mais velha, tinha a responsabilidade de ajudar a mãe a cuidar dos/as irmãos/irmãs e de ajudar a organizar a casa.

Ela disse que conheceu o esposo no colégio, que estudavam juntos, foram noivos por quatro anos e casou grávida, pois o noivo queria uma prova de que ela era virgem, como mostra esta sua fala:

[...] eu já me casei grávida foi por conta dele mesmo, porque falou que só se casava se eu provasse a ele que era virgem, – e já fazia quatro anos que a gente era noivo – porque o que tinha de mocinha embutida dentro de casa quando o cara casa que vai ver de virgem não tinha nada [...] daí eu cedi e logo fiquei grávida [...].

Esse relato deixa claras as estratégias que os homens usam para controlar as mulheres e manter a ordem patriarcal de gênero. Em seguida, Maria discorre que, durante o namoro/noivado, ele já demonstrava sinais de ciúmes:

O ciúme ele já demonstrava, agora a violência não. Ele demonstrava que tinha muito ciúme, era daqueles homens pegajoso, entende? Se eu fosse para um canto com ele, era para eu ficar olhando só pra ele ou para o chão, não podia olhar de lado pra ninguém. Se eu olhasse pro lado, ele me beliscava e perguntava: “Tá olhando pra onde, hein? Tô de olho” [...].

Percebe-se, mais uma vez, a relação de poder em que a categorial social ‘homem’ detém poderes para normatizar e controlar a vida, os atos e o corpo das mulheres. Assim, o controle já começa a ser exercido durante o namoro e reflete os primeiros indícios de relação baseada no poder e no sentimento de posse. Bourdieu (2006) ressalta que esse é um poder simbólico, que é exercido como invisível, em que o outro, em geral, não percebe que está sendo sujeito a isso. Maria entendia que o controle machista denominado muitas vezes como “ciúme”, apesar de exagerado, era uma prova de amor.

3.2 Casamento e separação

Por meio de suas memórias, Maria afirma que as agressões psicológicas e físicas começaram logo no início do casamento. Inicialmente, o marido saía, muitas vezes, sozinho e deixava-a em casa cuidando dos filhos. Em todos os finais de semana, ele ia para casas de shows, e ela tinha que ficar em casa, pois esse era seu “papel” de esposa. Por vezes, chorava e pedia para ele não ir, até que chegou o dia em que ele a empurrou, mesmo estando grávida do primeiro filho:

[...] ele deu um chute tão grande em mim, eu estava com oito meses de gravidez, que o menino encaixou no meu estômago e eu fiquei morrendo sem ar, e ele passou por cima de mim e foi embora, quem me acudiu foi o vizinho que me levou para o hospital. O médico disse: ave Maria o que foi isso? O menino tá encaixado! [...] e foi sufoco para o médico tirar esse menino desse encaixado. E depois eu disse: fui eu que caí. O médico perguntou: a senhora caiu em cima de quê? Eu disse: lá onde eu moro não tem água encanada não, e a gente tem uma cacimba, e tem umas pedras, e eu vinha com um balde de água eu tropecei e caí [...].

Chamaram a minha mãe no hospital, quando ela chegou o médico disse que tava tudo bem, e ela perguntou, menina o que foi isso? Porque o que sofria não falava pra minha família, sabe por quê? Só pra não ouvir da boca do meu pai, porque ele me disse: você vai casar com esse bicho, mas você vai sofrer e quando você tiver sofrendo eu não quero nem saber. Por isso eu não dizia, por orgulho, para não escutar que meu pai estava certo [...] E agora eu tenho que sofrer mesmo calada [...].

Essas falas dão indícios de que as vítimas geralmente estão em uma condição psicológica tão frágil que internalizam que estão em uma situação que elas mesmas provocaram e entendem que ninguém pode ajudá-las porque a culpa de tudo é delas próprias. Essa é uma das condições a que os agressores as submetem, com agressões psicológicas, xingamentos, humilhações e espancamentos, o que caracteriza o ciclo de violência que não se resume em um tipo de violência, mas em um conjunto que marca a memória das vítimas e leva-as a internalizar esses fatos como naturais.

Corroborando o pensamento de Chauí (2006, p. 125) de que “[...] a memória é uma evocação do passado, é a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total”, percebe-se que a memória ultrapassa os limites do tempo e dos espaço, porque, em vários momentos, o semblante de Maria expressava a dor dos relatos e dos fatos, como se ela estivesse vivenciando tudo novamente, dentro daquela mesma casa, onde tudo ocorreu. E como acontece com várias vítimas de agressão, a mulher esconde a violência de todos, por meio de mentiras, porque tem vergonha ou porque ela e os filhos são expostos a esses eventos.

Quando Maria foi perguntada sobre se se lembrava de uma agressão mais forte e que foi marcante, ele narrou este acontecimento:

[...] um dia ele chegou, eu estava trabalhando, comprei bode, feijão verde, macarronada, ajeitei nosso almoço, aí eu comprei duas cervejinhas sentada no beco [...] ele chegou, colocou a cabeça aqui na porta da cozinha olhou para onde eu estava, e chamou aquele nome comigo, e disse: vem aqui. Eu nem liguei, fingi que nem ouvi, aí ele chamou novamente, quando foi a

terceira vez que ele chamou ele disse: tais surda é? [...] vem aqui rapaz, eu disse já vou tenha calma. Aí eu peguei o copo derramei o restinho que tinha de cerveja, e botei na boca da garrafa e peguei o copo e o prato e vim, quando eu chego na porta da cozinha ele me pegou pelo gogó, aí eu disse: me solte! E ele agarrado em mim. E ele disse: quando eu lhe chamar, você venha me atender de imediato. E eu comecei a gritar: Socorro, socorro... ele me empurrou por cima do fogão, derramou feijão no chão, o fogão virou [...] a vizinha subiu no muro e viu ele agarrado no meu pescoço, ela correu na rua pra chamar meus filhos [...] os meninos correram pra casa com os amigos, aí meu filho agarrou ele tirou ele do meu pescoço, eu caí no chão, minha vizinha saiu me arrastando pelo quintal e eu atrás de que o ar entrasse, e nada, e eu sem fôlego, ela começou a gritar e o povo da rua começou a chegar [...] até que eu comecei a retomar o ar. Eu passei mais de trinta dias sem aguentar nem tomar água direito porque meu pescoço era todo dolorido [...]

[...] Foi dessa vez que meus meninos disseram: mãe ou a senhora deixa pai de uma vez ou vai terminar acontecendo uma desgraça aqui dentro de casa, ou ele mata um de nós ou a gente mata ele [...] E eu disse: meus filhos, isso era tudo que eu queria ouvir na minha vida [...] porque muitas vezes eu com aquela mente fechada, aquele tabu que a mulher é escrava e tem que suportar tudo, tinha medo de deixar ele e meus filhos se revoltarem contra mim [...]

[...] uma vez eu fiz o Natal aqui em casa, veio todo mundo da minha família pra cá [...] ele estava me agredindo aqui na cozinha, todo mundo lá fora curtindo e ele arrochando minhas goelas, aí minha irmã veio aqui na cozinha e viu, saiu gritando, que ele estava me matando. Aí meu filho puxou ele pela camisa jogou na rua e mandou ele desaparecer [...] acabou a festa [...]

Os relatos de Maria, ancorados em sua memória, trazem elementos de medo, insegurança, agressões físicas e psicológicas que são reflexos de uma cultura segundo a qual a mulher teria que passar por aquilo tudo, pois estava casada e devia obediência ao marido, conforme foi criada. Mesmo depois que se separar, o marido continuou a persegui-la e a ameaçá-la de tomar a casa, de deixá-la, junto com os filhos, na rua, e, até, de matá-la. Sobre se os meninos presenciavam todas as agressões, Maria disse que eles presenciavam tudo e, muitas vezes, também apanhavam:

Todas as agressões, todas elas. Ele batia nos meninos. O meu filho mais novo desmaiava, [...] e ele ia pra cima deles ainda pequenos e por que eu não deixava, acabava apanhando mais. Quando eles cresceram mais um pouquinho, começaram a enfrentar o pai. E isso também não foi fácil [...]

Ele trancava a porta do meu quarto, pra eu não pegar minhas roupas, ele saía e levava a chave do meu quarto, eu dormia pelo chão, na sala ou no

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

quarto dos meninos [...] eu pegava roupa emprestada da minha irmã para poder ir trabalhar [...]

Quando ele foi embora de vez, eu disse pra meus meninos, agora é assim: um por todos e todos por um. Alguém tem que trabalhar pra manter a casa, e esse alguém sou eu. Vocês são de menor e não podem trabalhar. Eu saía com meu filho mais velho quando estava desempregada catando vidro, latinha, garrafa, osso, cobre, andava tanto que o coró do pé do bichinho ficava em carne viva, pra no final de semana a gente ter o dinheiro de comprar pelo menos fubá e ovo pra comer [...]

Esse relato evidencia que a violência contra a mulher também atinge os/asfilhos/ase toda a família, o que reforça a afirmativa de Gelles (1997 apud REICHENHEIM; DIAS; MORAES, 2006, p. 5) de que “a violência familiar é sempre um fenômeno complexo que tende a envolver todos os integrantes do núcleo familiar e não restrito a um indivíduo ou relação específica”. Em suas memórias, Maria demonstra que é uma mulher forte e determinada, que teve o apoio dos filhos para sair da situação de violência a que estava subordinada. Ela destacou várias vezes, durante a entrevista, que, muitas vezes, os filhos a salvaram da morte. Quando perguntada sobre se, em algum momento, ela pensou em denunciar o agressor, disse que muitas vezes, mas que nunca conseguia ir, porque faltava coragem, já que sabia que ele seria preso e pensava na vergonha que os filhos passariam.

Quanto à pergunta sobre se percebia que estava em um relacionamento abusivo, Maria respondeu que sim e que pensava em todos, menos, nela mesma, até que, um dia, foi ao Fórum e prestou queixa contra o agressor. Ele foi chamado à Delegacia da Mulher, recebeu orientações para se manter distante de Maria, caso contrário, seria indiciado na Lei Maria da Penha, e foi morar com outra mulher. Segundo Maria, todas as mulheres com quem ele se relacionou se queixaram de atos de violência praticados por ele.

Saffioti e Almeida (1995) asseveram que a organização social de gênero, na lógica patriarcal, precisa ser alterada para que as mulheres tenham autonomia. Nesse sentido, além da punição dos agressores, são imprescindíveis ações de reeducação dos padrões dominantes de gênero para que os homens agressores não reproduzam violências com outras mulheres e as percebam como sujeitos de direitos. Maria disse que hoje é uma mulher plena e feliz, e que, depois de vivenciar essas experiências e de ter acesso a informações sobre os direitos das mulheres e a Lei Maria da Penha e de saber que existem órgãos de proteção, nenhum homem a agrediria com palavras ou fisicamente:

Se fosse hoje em dia, eu não precisava nem de apanhar, nem me bater, só bastava agressão verbal, eu já tava indo denunciar, ligeiro, não iria esperar pra apanhar não, que eu não aguento mais apanhar, se fosse hoje, eu disse a ele, se fosse hoje em dia o que tu fazia comigo naquele tempo, tu só tinha feito uma vez [...].

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

Esse relato encerrou a entrevista com Maria, uma mulher forte e determinada, cujos direitos foram violados e que resistiu à violência doméstica. Apesar de existirem Leis que protegem a mulher, os casos de agressão continuam acontecendo e o número de mortes aumentando, o que nos assusta ainda mais, como seres humanos e mulheres. Ressalte-se, todavia, que histórias como as de Maria nos fortalecem e nos empoderam, para que possamos resistir à violência contra as mulheres e enfrentá-la.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra as mulheres configura-se violação dos direitos humanos e problema de saúde pública, devido ao seu aumento vertiginoso e aos graves casos em que elas recorrem às emergências de hospitais. Apesar das conquistas alcançadas – implantação de políticas públicas de gênero, a implementação da Lei n. 11.340/2006 - Lei Maria da Penha - os casos de feminicídio são noticiados cotidianamente nos meios de comunicação, emuitos, infelizmente, sequer chegam a ser conhecidos. A mudança de mentalidades no que tange a desnaturalização das desigualdades de gênero é fundamental no processo de coibição e redução da violência doméstica contra as mulheres.

Nesse contexto, a possibilidade de conhecer a história de vida de Maria, respeitando suas especificidades e a diversidade das experiências das mulheres vítimas de violência, fornece subsídios para compreender como se sentem as mulheres que passam ou passaram por situações de violência doméstica. É importante salientar, ainda, que as mulheres não são culpadas e responsáveis pela violência e “não gostam de apanhar”. Não obstante, as condições objetivas e subjetivas, como medo, vergonha, culpa, baixa autoestima, a afetividade envolvida na relação, a falta de informação sobre órgãos de atendimento, a dependência econômica, a introjeção de discursos hegemônicos de gênero, a pressão social e familiar que enuncia “ruim com ele, pior sem ele”, entre outros fatores, dificultam o rompimento com a situação de violência. A história de Maria exemplifica as tensões, as contradições, as resistências presentes neste processo, bem como a importância do acesso à informação e das políticas públicas voltadas para a efetivação da cidadania das mulheres.

Por se tratar de fenômeno complexo e multifacetado o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, exige ações articuladas entre as diversas instituições governamentais no âmbito federal, estadual e municipal em interface com as organizações da sociedade civil e a disseminação de informações condizentes com as necessidades

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

informativas das mulheres. Cabe reforçar que os esforços devem ser empreendidos coletivamente, com o apoio da sociedade, pois, a violência de gênero é cultural, alicerçada em relações de poder construídas e reproduzidas desde os tempos remotos.

Os relatos de Maria evidenciam que para a compreensão e o enfrentamento do fenômeno é importante a criação e o fortalecimento de espaços de discussão que problematizem às relações de poder, os quais convertem as diferenças entre mulheres e homens em hierarquias, com prejuízos às mulheres. Alerta-se para a importância do poder público, nas diferentes esferas, comprometer-se com a implementação e o fortalecimento das políticas públicas específicas para as mulheres. Por fim, ressalta-se a necessidade de ampliar a divulgação de instituições que fornecem apoio às mulheres em situação de violência e disseminar informações condizentes com as necessidades informativas das mesmas. Espera-se que a história de Maria contribua neste caminho.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Patrícia Galvão. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ANDRADE, Kaliandra de Oliveira; LIMA, Izabel França de. **Memórias de enfrentamento à violência doméstica e familiar: acesso e uso da informação como dispositivo de empoderamento**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/4032/2354>. Acesso em: 30 jul. 2019.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 2, 2010.

BARSTED, Leila. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada na perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Lei do Femicídio**. Brasília, 2015.

BRASIL. Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, de 22 de setembro de 2006. **Lei Maria da Penha**. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 18 out. 2018.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Revista em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-2014, 2012.

CAVALCANTI, Eliane Cristina Tenório; OLIVEIRA, Rosane Cristina de. Políticas Públicas de combate à violência de gênero na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Campina Grande, v. 2, n. 2, p. 192-206, jun./dez. de 2017.

CORTES, Gisele Rocha.; ALVES, Edvaldo Carvalho.; Silva, LeydeKlebiaRodrigues. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, p. 59-77, 2015.

CORTES, Gisele Rocha. Violência Doméstica: Centro de Referência da Mulher “HeleiethSaffioti. **Estudos Sociológicos**, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 149-168, 2012.

FERREIRA, Mary. **Feminismo no Nordeste brasileiro**: histórias, memórias e práticas políticas. **Polis**: Revista Latino-americana, 2011.

FONTES, Ângela Maria Mesquita; MARCONDES, Lourdes Maria Antonioli (org.). **Plano Nacional de Políticas para as mulheres (SEPM)**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: Brasília, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Stud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 271-284, Dec. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300016&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Aug. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300016>.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos e imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.

MARTELETO, Regina Maria. Jovens, violência e saúde: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. **RECIIS: R. Eletr. De Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 17-24, set. 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer como pensar. São Paulo: Contexto, 2017.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa. Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social. **Anuário da Segurança Pública na Paraíba 2018**. 2019. Disponível em: https://paraibaja.com.br/wp-content/uploads/2019/01/Anuario_Seguranca_2018_resumo.pdf. Acesso em: 31 jan. 2019.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 332p.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

REICHENHEIM, Michael Eduardo; DIAS, Alessandra Silva; MORAES, Cláudia Leite. Co-ocorrência de violência física conjugal e contra filhos em serviços de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v.40, n. 4, p. 1-9, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, 1995.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo, Cengage Learning, 2010.

SICILIANO, Mell; SOUZA, Cleiton da Mota de; MELLO, Clara de; METH, Souza. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na Ciência da Informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144-165, 2017.

SILVEIRA, Lenira Politano da. **Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência**. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/lenirapdf.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (org). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

WALKER, Leonore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.

WOITOWICZ, Karina Janz. A imprensa feminista na luta contra o silenciamento e a impunidade: páginas do movimento de mulheres brasileiras pelo fim da violência sexual e doméstica entre os anos 1970/80. **Epític**, v. 10, n. 2, maio/ago. 2008.